



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Cópia p/ C2SR e COFTC
27/02/2019

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 012/2020

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Ubá para a legislatura 2021/2024 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ubá decreta:

Art. 1º Fica mantido o subsídio do Prefeito em R\$ 25.272,99 (vinte em cinco mil e duzentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos, para o Vice-Prefeito em R\$ 11.735,64 (onze mil e setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e para os Secretários em R\$ 11.735,64 (onze mil e setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para a Legislatura 2021-2024.

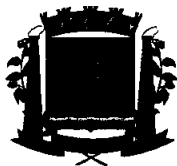
Parágrafo único. O subsídio será pago em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, em conformidade com o Art. 39, Parágrafo 4º, da Constituição Federal.

Art. 2º Na forma do Parágrafo Único do Art. 179 da Constituição do Estado de Minas Gerais, será realizada a atualização anual do valor disposto nesta Lei pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, equivalente ao acumulado do ano anterior.

§1º A atualização de que trata este artigo sempre será realizada no dia 1º de janeiro de cada ano.

§2º Se a divulgação do resultado do IPCA não se der até o dia 20 de janeiro de cada ano, a revisão será feita no mês seguinte, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro do mesmo ano.

Art. 3º A cada 12 (doze) meses na função de Secretário, os Agentes Políticos ocupantes dos cargos de Secretários Municipais terão direito a um período de 30 (trinta) dias para férias, que serão remuneradas acrescidas de um terço (1/3), vedada a sua conversão em espécie.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º A não concessão das férias na forma do caput deste artigo, obrigará o seu pagamento em forma de indenização, vedado o pagamento desta em valor superior ao do subsídio na forma estipulada no Art. 1º.

§2º Fica fixado o mês de dezembro de 2024 como limite para gozo ou indenização das férias de que trata o caput deste artigo.

§3º No caso de exoneração de Secretários Municipais, estes terão direito à indenização de férias calculadas à razão de 1/12 (um doze avos) por exercício na função, salvo se mantido o vínculo empregatício com o Município.

Art. 4º No mês de dezembro de cada exercício, os Agentes Políticos ocupantes de cargos de Secretários Municipais terão direito à Gratificação Natalina, no mesmo valor atribuídos ao subsídio.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2021.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 17 dias de fevereiro de 2020.

Jorge Custodio Gervasio
VEREADOR JORGE CUSTODIO GERVASIO (JORGE DA KOMBI)

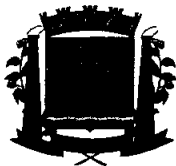
(Presidente)

Jane Cristina Lacerda Pinto
VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO

(Vice-Presidente)

Joseli Anisio Pinto
VEREADOR JOSELI ANISIO PINTO (JOSELI DE UBARI)

(1º Secretário)



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto pretende manter o subsídio recebido pelo Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Ubá para a próxima legislatura, 2021-2024, com reposição anual pelo IPCA do ano anterior. Dentre os vários índices inflacionários existentes, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, também conhecido como IPCA, é o indicador oficial do Governo Federal para verificação das metas inflacionárias. Aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE desde 1979, desde junho de 1999, é o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, sendo considerado o índice oficial de inflação do país.

A Câmara Municipal, em âmbito municipal, detém a competência para promover a revisão geral do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários. Segundo a Consulta nº 858.052 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do Conselheiro Cláudio Couto Terrão, a revisão decorrente de um só fato econômico, que é a corrosão uniforme do poder aquisitivo da moeda, não se devem adotar datas e índices distintos entre servidores e agentes políticos da mesma entidade política. No mesmo sentido, o Conselheiro Hamilton Coelho, na consulta nº 747.843, do TCE/MG, afirma que:

O índice oficial adotado para recomposição salarial em razão das perdas inflacionárias deverá ser único e incidir, isonomicamente, sobre os subsídios e ou vencimentos de todos os servidores e agentes políticos de determinado Poder ou Órgão Constitucional, recomendando-se que o primeiro índice utilizado por qualquer das unidades orgânicas sirva como parâmetro para as revisões a serem realizadas pelas demais.

É importante ressaltar que a recomposição por um índice inflacionário é um direito de todos os servidores públicos e agentes políticos, objetivando recompor as perdas inflacionárias a cada exercício. Podendo ainda, retroagir à data-base, caso tenha sido concedida após a data estabelecida em lei.

Diante do exposto, apresentamos este projeto e contamos com o apoio dos demais pares para sua aprovação.